

Entre a filosofia e o Talmud

Entrevista com Marcelo Dascal

Filósofo de destaque no plano internacional, Marcelo Dascal atua, principalmente, em áreas como pragmática, filosofia da linguagem, linguística, história das ideias, filosofia da ciência e filosofia política.

Brasileiro nascido na capital paulista, em 1940, graduou-se em Filosofia e Engenharia Elétrica na Universidade de São Paulo (USP). Radicado em Israel desde 1965, realizou doutorado em Filosofia na Universidade Hebraica de Jerusalém, sob a orientação de Yehosua Bar-Hillel. Desde 1967, é professor de Filosofia na Universidade de Tel Aviv. Casado, tem três filhas e oito netos.

Fluente em oito línguas, Dascal escreveu ou organizou 27 livros, entre eles *Pragmatics and the philosophy of mind* ("Pragmática e filosofia da mente"), em 1983, e *The institution of philosophy: a discipline in crisis?* ("A instituição da filosofia: uma disciplina em crise?"), organizado junto com Avner Cohen em 1989. Em 2006, a editora Unisinos publicou, no Brasil, seu livro *Interpretação e compreensão* (originalmente de 2003).

No segundo semestre de 2008, ele esteve no Rio Grande do Sul, onde ministrou um curso na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo, e participou de uma mesa plenária no encontro nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF). Durante a estadia, em Porto Alegre, concedeu a seguinte entrevista a Abrão Slavutzky, Bina Maltz e Anita Brumer.

WEBMOAICA: O que levou você do Brasil para Israel e como foi essa trajetória?

Marcelo Dascal: O que nos levou – eu e Varda, minha esposa – foi a convicção de que Israel era algo novo que estava surgindo no mundo e nós tínhamos que participar desse acontecimento histórico, contribuir para ele. Inicialmente, fomos para um kibutz. No começo era legal, mas o trabalho físico era muito duro. Eu pensava que poderia continuar estudando filosofia, escrevendo, mas, depois de dez horas de trabalho duro, carregando pedras, cuidando das galinhas, entre outras tarefas, não dava nem para ler jornal, muito menos ler filosofia. No kibutz, tudo é decidido coletivamente. Há assembleias gerais e para cada assunto há uma comissão que dele trata. Naquela época, começou a haver muito interesse em estudar, pelo pessoal do kibutz, mas só eram autorizados os estudos em coisas úteis para o kibutz; por exemplo, professor de jardim de infância ou o estudo de diferentes aspectos da agricultura. Depois de certo tempo, Varda e eu decidimos que deveríamos procurar outra forma de sobreviver em Israel. Quando nós fomos para lá, eu não pensava em fazer carreira acadêmica, mas tive a ideia de fazer doutorado, e um grande filósofo conhecido no mundo, Yehoshua Bar-Hillel, ofereceu-me uma bolsa. Então nos mudamos para Jerusalém para começar uma nova forma de participar em Israel.

WEBMOAICA: Como seus colegas brasileiros viram o fato de você viver em Israel e ser professor numa universidade israelense?

Marcelo Dascal: Encontrei recentemente o José Arthur Gianotti no encontro da

ANPOF [*Associação Nacional de Pós-graduação em Filosofia*] em Canela, no Rio Grande do Sul, e ele se lembrava, como eu, do que me perguntara há 40 anos: “O que vocês estão fazendo em Israel, como vocês estão construindo esse raio de país e essa loucura que vocês estão inventando, quando o pessoal da Maria Antônia¹ tinha uma orientação esquerdista, marxista?” De fato, nós tivemos, na Maria Antônia, dois seminários que ficaram famosos na História e na Filosofia brasileira. Um era o seminário do qual participava a geração do Gianotti, Fernando Henrique Cardoso, Bento Prado e outros e se tratava de ler um capítulo de *O Capital* [de Karl Marx]. E o segundo grupo é o da minha geração, que fazia a mesma coisa, mas separadamente. De vez em quando, os dois grupos se encontravam, discutíamos juntos os textos do Marx e alguns deles nós chegamos a saber de cor.

Quando resolvemos ir para Israel e todo mundo começou a criticar, dizendo que éramos traidores, achei uma linha de resposta que silenciou todo mundo: “Nós vamos ajudar a construir o Estado de Israel de uma forma que nos pareça mais compatível com a justiça social, de acordo com os ideais socialistas”.

Quanto à solidariedade do proletariado internacional, o desaparecimento das fronteiras e das nações, acho que é um ideal bonito e legítimo. O mundo pode se tornar melhor se isso acontecer. E eu concordo que o povo judeu seja o *segundo* a abdicar do seu direito à autodeterminação, mas não que seja o *primeiro*. Assim que o primeiro povo do mundo fizer isso eu estou disposto a lutar para que o povo judeu e o Estado de Israel se tornem o segundo. Até agora, infelizmente, não aconteceu. Então, quando eu me encontrei com o Gianotti, ele lembrava muito bem dessa conversa que tivemos e eu lhe perguntei se ele tinha algum argumento que justificasse mudar a minha resposta daquela ocasião.

Ele não teve.

Eu tenho hoje uma teoria, uma apreciação filosófica da ideia de nação, de povo, do seu papel, da constituição do planeta, não de uma forma apologética como eu fiz naquela ocasião, mas de uma forma muito mais substancial, de por que manter esses direitos, essas autodeterminações locais. Essas autodeterminações locais primeiro representam necessidades das pessoas; não somos apenas indivíduos, nos identificamos *como* grupo e *com* o grupo, e precisamos disso. Do ponto de vista filosófico, preserva-se assim um patrimônio cultural, intelectual, histórico, que é muito importante preservar. Eu vejo a humanidade constituída pelo conjunto desse patrimônio e da pluralidade de perspectivas e interações assim geradas.

WEBMOSAICA: Certa vez você afirmou que o Talmud² é o livro mais importante do judaísmo. Isso abre um debate interessante, pois no imaginário do povo judeu o livro sagrado mais importante é o Tanach³. O que você coloca sobre o Talmud é importante porque ele é uma chave fundamental para se entender a identidade judaica.

Marcelo Dascal: Atualmente, o meu principal campo de investigação é justamente a questão das controvérsias: como elas funcionam e precisam funcionar para o avanço do conhecimento humano, e não apenas como soluções de problemas, tanto em ciência, teologia ou filosofia como em outras áreas, inclusive na política. Sou membro fundador de uma sociedade internacional, a Associação Internacional para os Estudos das Controvérsias. Só comecei a me entusiasmar pelo Talmud depois de estar profundamente envolvido na questão das controvérsias, como historiador das ideias e da ciência. Eu percebi que a controvérsia em geral é marginalizada, e a história da ciência tende a preservar aqueles que

venceram, ignorando os demais, com isto desprezando ideias e valores que não se tornaram parte do *mainstream*. Muitas vezes vale a pena cavar no lixo da história para encontrar novidades que nós simplesmente deixamos de lado ou esquecemos.

A partir deste interesse, comecei a descobrir o Talmud, assim como outras tradições filosóficas importantes, como as da Índia e da China, e comecei a procurar em todos os povos, achando que saber discutir e saber perguntar não eram privilégios do povo judeu. Na verdade, não pode haver uma *cultura humana* digna desse nome que não tenha um sistema que de alguma forma regule a forma pela qual debatemos, discutimos e resolvemos nossas controvérsias para que elas possam contribuir para o saber e para o desenvolvimento do pensamento. O maior recurso dos seres humanos – não estou falando apenas dos judeus – é a capacidade de aprender com os outros, mas aprender criticamente, não aprender só repetindo, como mentes colonizadas; e, por outro lado, é a nossa capacidade de persuadir os outros, de argumentar, de discutir.

Voltando ao Talmud, o aspecto interessante é que os sábios do Talmud, bendita seja sua memória (como se costuma dizer), discutem o tempo todo, porque, apesar da lei estar estabelecida na Torá, a questão é como interpretá-la. Você vê que o Talmud é baseado na ideia de que Deus transmitiu a Moisés não só a lei escrita, que está na Torá, mas também a lei oral; ora, o Talmud trata da reconstituição – na verdade, da criação – dessa lei que regula a vida diária do judeu religioso.

WEBMOSAICA: Você pode dar um exemplo?

Marcelo Dascal: Em Israel, os judeus ortodoxos perguntam aos grandes rabinos o que podem fazer no *shabat*. Um deles perguntou ao rabino Ovadia Yossef, líder do partido Shas, se é permitido cavoucar o nariz no *shabat*. O rabino disse: “É uma

questão complicada. Preciso refletir a respeito”. E ficou pensando algum tempo, algumas semanas, até que formulou a lei, e a lei é: não pode. Não pode por quê? Porque, explicou o rabino, se por acaso utilizarmos demasiada força na escavação do nariz, podemos passar do limite e violar o princípio que não permite trabalhar no *shabat*. Parece ridículo, mas não é, pois ilustra o fato de que as normas mais rigorosas (e o respeito pelo descanso do *shabat* é uma delas) requerem sempre um pensamento humano flexível para serem interpretadas e justificadas. Mas as diferentes mentes que fazem isso não coincidem. Há opiniões divergentes, ou seja, estamos no território da liberdade de interpretação, de imaginação, de criação intelectual. Essas mentes não podem não debater. Isso pode dar a impressão de uma bagunça completa. Debate-se tudo, coisas insignificantes (como no exemplo que dei) e coisas importantíssimas. As opiniões opostas não se rendem, muitas vezes nem mesmo o conselho dos sábios chega a um acordo, mas, quando precisam tomar uma decisão, adotam uma das propostas como sendo a lei, e esta passa a ser acatada. Quando isto ocorre, a atitude poderia ser: “Juguemos fora a proposta derrotada, esqueçamos os argumentos dos que perderam”. Mas esta não é a atitude do Talmud, que, pelo contrário, preserva todos os argumentos de todos os que participaram na discussão! A explicação é dada pelo próprio Talmud, no famoso episódio da “voz” que responde aos sábios que, atônitos, querem saber por que conservar tanto as ideias dos que venceram como dos que perderam o debate.

WEBMOSAICA: O que o Talmud ensina?

Marcelo Dascal: Qual é a maior coisa que os judeus legaram à humanidade? O monoteísmo, a filosofia, a ideia de justiça, os profetas, os dez mandamentos, talvez. Mas não devemos esquecer que em nome dessas coisas nós mesmos e outras

religiões matamos uns aos outros. A Guerra dos Trinta Anos, no século XVII, eliminou metade da população da Alemanha, por exemplo, e foi uma guerra entre cristãos: entre católicos e protestantes “civilizados”. Não foi grande o legado que nós deixamos. Mas o Talmud, a meu ver, legou à humanidade a ideia de tolerância. A ideia de tolerância é realmente a capacidade de discutir, de defender seus argumentos, de acreditar na posição que você defende e, ao mesmo tempo, aceitar que o outro pode ter argumentos de valor diferentes do seu e que a verdade absoluta não está necessariamente com ele e nem com você. O edifício da verdade é um edifício em construção todo o tempo e devem-se reconhecer as diferentes fontes que levam à verdade.

Agora, quando os próprios sábios do Talmud, por exemplo, levam as questões ao nível *meta* – o legado de Deus aos judeus através de Moisés –, como se pode interpretar, como pode haver opiniões diversas? Eles se perguntam: “Onde está a verdade se nós, os sábios do Talmud, que somos os continuadores de Moisés, estamos interpretando Deus?” E então, num dos episódios mais bonitos do Talmud, não se chega a uma solução pela maioria. Vem uma voz divina que responde da seguinte forma à pergunta deles: “Essas e aquelas opiniões, esses e aqueles argumentos, essas e aquelas palavras são palavras do Deus vivo”. Por que essa ênfase no “Deus vivo”? O que isso explica? Ela parece ser uma fórmula do oráculo de Delfos que exige, ela própria, interpretação. Os sábios do Talmud começam a discutir sobre a interpretação dessa resposta. E há várias interpretações, mas a ideia básica me parece estar no fato de que o Talmud é o primeiro texto sagrado em que se conserva não só a opinião da maioria que vence, mas também a da minoria. Isso é o reconhecimento, representado pelo “Deus vivo”, de que o saber e a verdade estão continuamente em construção em um trabalho dialético-cooperativo

de todos, que é o grande empreendimento criativo da humanidade. Para esse empreendimento, você tem que preservar todos os fragmentos de verdade, inclusive aqueles que são a minoria naquele momento. O Talmud é um tratado jurídico e a legislação talmúdica, judaica, estipula que toda lei decretada pelo *Sanbedrin*, o conselho supremo de sábios, pode ser modificada, desde que, quando foi votada, tenha havido pelo menos um voto contra. Essa mínima voz, por pequena que seja, que pensa de forma diferente, que tem um argumento diferente, também precisa ser respeitada e preservada, portanto. Essa é a ideia básica de tolerância, porque essa voz pode ser o ponto decisivo, aquilo que indica um caminho, uma contribuição, por pequena que seja, para a verdade. E essa ideia, que o Talmud exemplifica em sua própria *praxis*, parece-me essencial para a humanidade – em seu passado, futuro, e presente.

WEBMOSAICA: A questão do Talmud nos ajuda a pensar boa parte da identidade judaica, ou seja, a própria história do povo judeu, de debatedores e questionadores. Um aspecto que está relacionado com o Talmud é o da palavra – os sábios discutem o sentido das palavras e sua interpretação. Como você relaciona o Talmud com o seu trabalho sobre filosofia da linguagem?

Marcelo Dascal: As opiniões não se expressam por uma palavra, proposições de lei ou legislação. São sempre orações inteiras que fixam coisas, que dão ordens, por exemplo, ou que executam atos de falas (*speech acts*, no jargão filosófico) diferentes. A meu ver, a relação com a pragmática, com a filosofia da linguagem é clara. Quando nós conversamos, o significado que veiculamos um ao outro não é jamais captado apenas pela semântica das palavras que usamos. Sempre transmitimos mais do que o significado semântico das palavras. Isso todo mundo sabe,

mas muito pouca gente sabe que este é exatamente o tópico da disciplina linguística importante que se chama pragmática – e que pouco a pouco vai se tornando a disciplina principal, mais importante que a sintaxe, que a semântica, que a fonologia.

Darei exemplos. Suponhamos que estou num ônibus de pé e uma mulher relativamente gorda está pisando no meu pé. Eu digo: “A senhora está pesando mais de 100 kg”. E ela diz: “Como você sabe? Hoje mesmo eu estive na associação de vigilantes do peso e realmente passei dos 100 kg”. Mas ela não se mexe. Há aqui um problema de comunicação porque eu falei isso como uma forma delicada e indireta de dizer: “Por favor, saia de cima do meu pé”. Ou seja, eu usei as palavras “A senhora pesa mais de 100 kg” não para afirmar um fato – que foi como ela reagiu às minhas palavras, tomando-as literalmente. Na verdade, foi uma forma de pedir a ela que fizesse uma certa ação, que se movesse de cima do meu pé. Literalmente, meu ato de fala seria uma mera afirmação. Numa afirmação, você pode dizer “é verdade” ou “não é verdade” – que foi o que a senhora fez. Mas a uma ordem ou a um pedido não faz sentido você dizer “é verdade”. Por exemplo, se você me perguntar que horas são e eu responder “É verdade”, houve um mal entendido. O significado semântico não basta para determinar o que se disse ou quis dizer. O significado intencionado pelo falante é que conta na comunicação, e é a pragmática que dele se ocupa. Para determiná-lo, ou melhor, para conjecturar qual a intenção comunicativa do falante ao enunciar uma oração, o contexto em que as coisas foram ditas é essencial. A comunicação tem por fundamento uma competência pragmática básica que permite aos falantes se entenderem. Entender o significado lexical ou sintático de suas palavras é apenas uma etapa do processo comunicativo. Bom, eu deixo um terreno adicional para você trabalhar também, na

medida em que você, como psiquiatra⁴, vai buscar algo mais profundo que a intenção comunicativa. Você vai buscar as razões inconscientes para ele dizer isso ou aquilo. Mas enquanto isso requer um especialista como você, todo indivíduo que fala e escuta faz uso constante da competência pragmática de que todos dispomos.

Voltando aos nossos sábios do Talmud, eles estão executando um trabalho de interpretação dos comandos divinos. Eles precisam tentar reconstituir, a partir das palavras dos textos sagrados, as intenções comunicativas de Deus. É por isso que eles são sábios. Trata-se de gente que tem que interpretar não o que diz um interlocutor comum, mas um interlocutor superdotado, que controla meios de comunicação linguísticos também místicos, que escolhe muito bem as suas palavras e demais artifícios de que vai se servir – e que, portanto, exige de você um esforço pragmático muito especial para ser entendido. Isso sem dúvida conecta os sábios do Talmud com os poetas.

WEBMOSAICA: Comente sobre as gerações de talmudistas que existiram há 2000 anos e que ainda hoje estimulam muitas interpretações.

Marcelo Dascal: Com prazer, desde que vocês não me interpretem como se estivesse tentando reconduzi-los à religião (web)mosaica. Já devem ter percebido que minhas interpretações do Talmud nada têm de ortodoxas. Lembremos que não há apenas um Talmud, há dois. Eles não são cópia um do outro e cada um foi produzido num contexto diferente. Em geral, os estudiosos leigos do Talmud – não os religiosos que o estudam para implementá-lo – não se preocupam muito com essas diferenças. Quando eles falam das semelhanças entre os dois Talmud, não falam muito dos contextos de vida do povo judeu e dos próprios sábios em Jerusalém e na Babilônia, que eram completamente diferentes. Mas

sem contexto você não tem a interpretação pragmática correta necessária. Seria necessária uma análise pragmática dos textos do Talmud e das discussões entre os sábios, levando em conta os contextos diferentes e mostrando que as interpretações e as leis que os sábios decidem adotar num mesmo caso podem ser completamente diferentes dependendo do contexto em que ocorreram. As famosas “casas” de Hillel e de Shamai, cada uma com sua linha interpretativa oposta à da outra, cujos partidários se confrontaram durante várias gerações, nem por isso se pareciam com os políticos atuais cujas afirmações e promessas são facilmente previsíveis, como se estivessem – eles, não os verdadeiros sábios do passado – repetindo mensagens a-contextuais gravadas em seus cérebros.

WEBMOAICA: Quais são as teses dos chamados “novos historiadores” ou “pós-sionistas” em Israel? Qual é a sua posição, como judeu e intelectual israelense, em relação a estas teses? Ela é uma atitude construtiva ou negativa em relação à história do Estado de Israel, a seus ideais e valores?

Marcelo Dascal: A ideologia do Estado nacional começou a surgir mais ou menos no período do nascimento do sionismo, como uma das ideologias da época, num contexto de mudanças, migrações e movimentos sociais. O povo judeu vivia no meio desses movimentos e contribuiu muito para a formulação dessas ideologias. A nova história procura reescrever a história de forma melhor do que tinha sido escrita, e isso é uma contribuição que não se deve menosprezar. A história que tinha sido escrita era uma história subserviente à ideologia do próprio sionismo e também do socialismo. Não era uma história que pudesse analisar e criticar essas fontes, já que os historiadores eram parte daquela história. Depois de praticamente cem anos de evolução,

Israel mudou radicalmente. É natural que a leitura da nossa história e de nossos mitos e símbolos nacionais, que tinham sido construídos para justificar o empreendimento sionista e socialista, modifique-se.

A ideia inicial básica é que nós tínhamos um fim bem definido, a constituição do Estado judeu, e que estávamos num processo de construção de uma nova realidade. A forma de contar a história, de valorizar e permitir padrões e comportamento, de criar heróis – tudo isso para servir de modelo para as gerações futuras – fazia parte disso. Quando Israel surgiu, essa era a ideologia dominante. Israel era um Estado socialista no início, um Estado igualitário. Quando cheguei lá, em 1965, um estivador ganhava mais do que um professor universitário, e ninguém reclamava disso. O estivador e o professor faziam parte do mesmo sindicato. Pouco a pouco, isso foi desaparecendo e, em 1977, pela primeira vez surgiu um governo não-socialista em Israel, cujo programa afirmava que o povo estava cansado de governos socialistas e propunha uma alternativa liberal.

Não vejo o surgimento dos novos historiadores que criticam a historiografia tradicional como um movimento necessariamente anti-Israel ou antisionista. Eles são historiadores mais realistas num certo sentido, fazem um bom serviço à história porque conseguem descobrir que muitas das histórias contadas, que se estuda nos livros, são bastante problemáticas. Nós, judeus, temos um pouco de dificuldade de suportar críticas ou questionamentos, ainda mais quando provenientes dos próprios judeus. Ao mesmo tempo em que os novos historiadores estão levantando questões sobre as origens do Estado de Israel, eles encontram outros que os contrapõem, indicando que eles não detêm toda a verdade, mas apenas – quando muito – uma parte da verdade. Mas se eles chamam nossa atenção pelo menos para uma parte da verdade até agora oculta para nós, acho que seu trabalho já está plenamente

justificado.

Israel é um Estado democrático. Mas um aspecto que considero importante, na reescrita da história, é a atitude crítica do próprio historiador em relação à sua profissão. De acordo com Fernand Braudel, a história não precisa ser a história apenas dos grandes acontecimentos políticos e nem uma mera cronologia dos fatos históricos. A história ideológica oficial [*do Estado de Israel*], que não tinha interesse em enfatizar as relações entre o sionismo e os movimentos nacionalistas na Europa, enfatizava, por razões óbvias, os *pogroms* na Rússia e, mais tarde, o Holocausto. O resultado foi deixar de lado muitas coisas importantes por causa dessa seletividade. Os novos historiadores, em Israel, resgatam outras influências e, neste sentido, são pós-sionistas, ao procurar mostrar que o sionista não é absolutamente *sui generis*.

No entanto, a tendência pós-sionista israelense escapa do âmbito de uma teoria histórica ou de uma nova abordagem da história. O pós-sionismo em Israel, hoje, é uma posição ideológica, uma postura política que salienta o fato de que nós estamos na Palestina e que parte do Estado de Israel está evidentemente sobre terras e territórios nos quais, antes de surgir o Estado de Israel e chegar a imigração judaica, havia outros habitantes. Não em todo o território, mas em boa parte dele. A partir desse fato inegável, concluem que o Estado de Israel é imoral porque foi construído à custa de outras pessoas, cujos direitos legítimos foram assim violados.

Os novos historiadores descobriram, cavoucando na história, que certas coisas foram mal contadas – certas ações militares, por exemplo. Atribuir intenções é algo muito complicado, pois a evidência necessária para tal atribuição é muito difícil de ser estabelecida. Mais difícil ainda é atribuir intenções coletivas. Por isso, tenho sérias dúvidas a respeito de uma concepção de história que se baseia em

conspirações, ou seja, intenções e as decorrentes ações que respondem aos interesses de certos grupos. A teoria conspirativa da história, para mim, é profundamente errada porque atribui aos conspiradores mais inteligência do que eles têm. A principal questão não é se algo foi feito intencionalmente ou não, mas simplesmente se foi feito ou não. Houve casos em que ações militares do governo de Israel foram ações não necessárias do ponto de vista militar e acabaram em morte de muita gente desnecessariamente. Foram ações que podem e devem ser condenadas porque, embora respondessem a necessidades da guerra, não eram obrigatórias para se conseguir vencê-la. Nesse sentido, foram ações gratuitas que têm que ser condenadas moralmente pelo sofrimento que causaram a ambos os lados.

Os novos historiadores têm o mérito de terem colocado em evidência essas coisas, enquanto aqueles que as conheciam trataram de ocultá-las. Mas isso não acarreta a tese genérica de que Israel é um Estado imoral, que não tem o direito de existir. A aceitação das ideias dos novos historiadores é muito difícil para a população de Israel em geral porque são teses iconoclastas. Quanta gente, na França, virou pós-modernista com o pós-modernismo? Muito poucos. O pós-modernismo teve muito prestígio na mídia, houve muita gente que o imitou em vários países, inclusive no Brasil e também em Israel, mas ele não se transformou num movimento de massa. E a tentativa de associar a revolução estudantil de 1968, na França, ao pós-modernismo, a meu ver, não se sustenta, pois não há uma relação causal direta entre eles.

Os novos historiadores empolgam as novas gerações de estudantes de história de Israel, que acham suas ideias “fora de série”. Mas há tantos outros movimentos de renovação da história em Israel e em outros lugares do mundo, como uma revolução no modo de fazer história, especialmente

história do século XX (o século do cinema e da fotografia), com base na iconografia disponível, que muda completamente a história. E há também uma série de novidades no fazer história, no que se chama hoje em dia “história intelectual”, que de certo modo compete conosco, os filósofos. Nós fazemos história das ideias, e os historiadores intelectuais fazem algo parecido.

No caso de alguns novos historiadores que se autodenominam pós-sionistas, eles são na verdade antissionistas. Eles acreditam que o Estado de Israel não tem por que existir e que todo o movimento sionista é um movimento de direita. Eu não estou de acordo com alguns – felizmente poucos – de meus colegas a respeito disso. Eu não acho que o Estado de Israel seja um Estado imoral porque Israel fez, como outros países, atos militares que devem ser reprovados. Estou plenamente de acordo que aquilo que merece reprovação deve ser reprovado; mas daí concluir que o Estado de Israel não tenha direito a existir ou que os judeus não tenham direito à autodeterminação é outra coisa. Pergunto: “Por que os franceses ou os sul-africanos têm direito à autodeterminação?” Os pós-sionistas são pessoas muito instruídas. Quando [Itzhak] Rabin foi assassinado, muitos deles entraram em desespero e depressão profunda, pois já anteviam que Israel passaria a ser totalmente dominado pelos religiosos fanáticos e que o seu ideal de razão e de sociedade esclarecida não encontraria mais lugar lá.

Na verdade, isso era o prenúncio da tese pós-sionista que eles desenvolveram posteriormente, segundo a qual Israel era um lugar em que eles não poderiam viver como partidários da razão e da justiça. E efetivamente vários deles foram embora. Naquela época, eu era diretor da Faculdade de Filosofia e de Humanidades [da Universidade de Tel Aviv, de 1995 a 2000] e procurava convencer essas pessoas que, muito pelo contrário, elas tinham que

ficar para lutar pela sua concepção de Estado e como ele deveria funcionar para que os seus ideais fossem preservados. Acredito que dá para perceber como esta minha atitude com relação a posições às quais me oponho se coaduna perfeitamente com tudo o que disse antes sobre o Talmud como fonte de um verdadeiro conceito de tolerância. A crítica, tanto interna como externa, ao Estado de Israel é vital para sua existência e para seu progresso. Por isso, não podemos desconsiderar as ideias daqueles dos quais discordamos.

NOTAS

1 O professor Gianotti faz referência à Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, que na década de 1960 funcionava na rua Maria Antônia.

2 O Talmud é o registro das discussões rabínicas que pertencem à lei, à ética, aos costumes e à história do judaísmo. Ele é formado pela Mishná, que constitui o primeiro compêndio da Lei Oral judaica; e pelo Guemará, que forma a base dos códigos da lei rabínica, contendo discussões da Mishná e dos escritos dos tanaitas (mestres, educadores ou transmissores da tradição).

3 O Tanach é a Bíblia Hebraica (denominada pelos cristãos de Antigo Testamento), também chamada de Mikrá (“Leitura”); é formada pela Torá (que compreende os cinco livros conhecidos como “Pentateuco”), pelos oito livros dos “Profetas” (*Neviim*) e pelos onze livros dos “Escritos” (*Kethuvim*).

4 Referência a Abrão Slavutzky, psicanalista, que conduziu grande parte da entrevista.